

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1.1. Introdução	1
1.2. Os métodos de interpretação	2
1.2.1. O plano de expressão	3
a) O enunciado jurídico	3
b) O enunciado jurídico constitutivo	4
c) O enunciado jurídico prescritivo	5
1.2.2. O plano do conteúdo	5
1.2.3. O plano normativo	6
a) As normas jurídicas	6
b) A estrutura formal	7
c) A disposição hierárquica	8
1.2.4. O plano repercussional	9
1.3. O sistema jurídico	10
1.3.1. O sistema jurídico nacional	10
1.3.2. O sistema administrativo positivo	11
1.4. O Direito Administrativo	11
1.5. O Direito Administrativo Positivo	13
1.6. O interesse público	14
CAPÍTULO 2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19
2.1. O Estado brasileiro	19
2.2. A Administração Pública	24
2.2.1. A Administração Pública: sentido objetivo ou substancial	26
2.2.2. A Administração Pública: sentido subjetivo ou formal	29
2.2.3. A Administração Pública e a Constituição Federal	29
2.2.4. A Administração Pública direta e indireta	31
a) A concentração e a desconcentração	32
b) A descentralização e a centralização	33
2.2.5. O Direito Público e o Direito Privado	33
2.2.6. O regime jurídico da Administração Pública	34

CAPÍTULO 3 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA	35
3.1. Introdução	35
3.2. A Administração Pública Federal direta	35
3.2.1. A Presidência da República	35
a) O núcleo de poder	36
b) Os órgãos de assessoramento imediato	37
c) Os órgãos de consulta	38
d) As assessorias especiais	39
3.2.2. Os ministérios	39
a) Os ministros	39
b) Os ministérios no Brasil	40
Os ministérios de natureza política	40
Os ministérios de natureza econômica	42
Os ministérios do segmento social	44
Os ministérios do segmento segurança	45
3.3. A Administração Pública direta estadual	46
3.4. A Administração Pública direta distrital	47
3.5. A Administração Pública direta municipal	48
3.6. Quadro comparativo	48
CAPÍTULO 4 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA	49
4.1. Introdução	49
4.2. Entidades	49
4.3. Lei	50
4.4. Regime jurídico	50
4.5. Atividades	56
4.5.1. O princípio da especialização	57
4.5.2. O princípio da racionalização	57
4.5.3. O princípio da despolitização	58
4.6. Patrimônio	58
4.7. Controle ou tutela	59
4.8. Autarquias	61
4.8.1. Direito Público	61
4.8.2. Lei	61
4.8.3. Personalidade jurídica, patrimônio e receitas	61
4.8.4. Serviço autônomo	62
4.8.5. Controle	62
4.8.6. Atos dos dirigentes	62

4.8.7. Licitação e contratos	63
4.8.8. Prerrogativas judiciárias.....	63
4.8.9. Execuções contra as autarquias.....	63
4.8.10. Imunidade tributária.....	64
4.8.11. Autarquias especiais	64
4.8.12. Finanças públicas.....	64
4.8.13. Profissões regulamentadas	66
4.8.14. Autarquias universitárias	66
4.8.15. Agências reguladoras	67
Autonomia.....	68
Investidura dos dirigentes.....	69
Licitação diferenciada.....	69
Agências reguladoras atuais	70
a) Plano federal.....	70
b) Plano estadual – Estado de São Paulo	72
4.8.16. Agências Executivas	72
4.8.17. Consórcios Públicos.....	73
Normas jurídicas.....	73
Personalidade jurídica	74
Os consorciados.....	74
A Administração e as deliberações dos consorciados	75
Ato administrativo	75
Patrimônio e receitas.....	75
Imunidade tributária.....	76
Execuções contra os consórcios públicos	76
Controle	76
Os serviços públicos.....	77
Licitação e contratos	77
4.9. Fundações públicas.....	78
4.9.1. Regime jurídico	78
4.9.2. Lei	81
4.9.3. Atividades.....	82
4.9.4. Patrimônio e receitas.....	82
4.9.5. Autonomia administrativa.....	82
4.9.6. Controle	83
4.9.7. Prerrogativas judiciárias.....	83
4.9.8. Imunidade tributária.....	84
4.10. Empresas públicas	84
4.10.1. Pessoa jurídica de Direito Privado	84

4.10.2. Controle societário.....	85
4.10.3. Lei.....	86
4.10.4. Atividades.....	86
4.10.5. Patrimônio, receitas e gastos.....	87
4.10.6. Controle interno, societário e externo.....	88
4.10.7. Licitação e contratos.....	89
4.10.8. Aspecto judiciário.....	89
4.11. Sociedade de economia mista.....	90
4.11.1. Pessoa jurídica de Direito Privado.....	90
4.11.2. Lei.....	91
4.11.3. Sociedade anônima.....	91
4.11.4. Controle.....	92
4.11.5. Atividades.....	93
4.11.6. Patrimônio, receitas e gastos.....	94
4.11.7. Controle interno, societário e externo.....	94
4.11.8. Licitação e contratos.....	95
4.11.9. Aspecto judiciário.....	96
CAPÍTULO 5 – As ENTIDADES PARAESTATAIS.....	97
5.1. Introdução.....	97
5.2. Profissões regulamentadas.....	98
5.3. Universidades públicas.....	100
5.4. Fundações de apoio.....	100
5.5. Entidades privadas de previdência social.....	101
5.6. Os serviços sociais autônomos (Sistema S).....	103
5.7. O Terceiro Setor.....	104
5.7.1. As organizações sociais.....	105
5.7.2. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips.....	107
5.7.3. As associações e entidades filantrópicas.....	108
5.8. As Entidades Prestadoras de Serviços Públicos.....	110
5.8.1. Os concessionários.....	110
5.8.2. Os permissionários.....	111
5.8.3. Os autorizatários.....	111
5.9. As Entidades usuárias de bens públicos.....	112
CAPÍTULO 6 – Os AGENTES PÚBLICOS.....	113
6.1. Introdução.....	113
6.2. Agentes públicos.....	114
6.2.1. Agentes políticos.....	114

6.2.2. Servidores públicos	114
a) Estatutários.....	114
b) Empregados.....	115
c) Temporários.....	115
6.2.3. Militares	121
6.2.4. Particulares colaboradores com a Administração Pública	122
6.3. Cargos ou empregos e funções.....	123
6.3.1. Cargos ou empregos.....	123
6.3.2. Funções	123
6.4. Prescrições Constitucionais.....	124
6.4.1. Regime jurídico	124
6.4.2. Acesso.....	125
6.4.3. Ingresso	125
a) cargo ou emprego público.....	125
b) funções.....	127
c) outras exceções constitucionais.....	129
Ministros do Tribunal de Contas.....	129
Desembargadores.....	129
Ministros do Supremo Tribunal Federal	129
Ministros do Superior Tribunal de Justiça	129
Tribunais Regionais Federais	130
Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.....	130
Ministros do Tribunal Superior Eleitoral	130
Tribunal Regional Eleitoral	130
Ministros do Superior Tribunal Militar	131
6.4.4. Estipêndios	131
a) Remuneração ou vencimento.....	131
Fixação e alteração de remuneração e vencimentos	131
Paridade de vencimentos.....	132
Revisão de remuneração ou vencimento	132
b) Subsídio	133
Agentes públicos	134
Fixação e alteração dos subsídios	135
6.4.5. Disposições constitucionais aplicáveis às remunerações ou vencimentos e aos subsídios.....	137
6.4.6. Irredutibilidade de remuneração ou vencimento e de subsídio	139
6.4.7. Direito de greve	141
6.4.8. Direito à sindicalização	144
6.4.9. Acumulação de cargos.....	144

6.4.10. Estabilidade	145
a) Extinção do cargo ou desnecessidade (disponibilidade)	146
b) Perda do cargo	147
6.4.11. Exercício de mandato eletivo.....	148
6.4.12. Direitos sociais.....	148
6.4.13. Limites de despesas com pessoal.....	150
a) A expressão despesa total com pessoal	150
b) Período de apuração	150
c) Limites.....	150
d) Repartição dentro dos limites	151
e) Adaptações.....	151
f) Sanções	152
6.4.14. Provedimento	153
a) Aspecto material	153
b) Aspecto temporal.....	154
c) Aspecto pessoal	155
6.4.15. Vacância.....	156
6.5. Aposentadoria	156
6.5.1. Regime Geral da Previdência Social	157
6.5.2. Regime Previdenciário do Servidor	158
6.6. Deveres dos agentes públicos	160
6.7. Responsabilidades.....	162
6.7.1. Responsabilidade civil.....	162
6.7.2. Responsabilidade penal	164
a) Crimes praticados por funcionários contra a Administração Pública em geral	165
b) Crimes contra as finanças públicas.....	168
c) Crimes por abuso de autoridade.....	169
d) Crimes envolvendo licitação ou contratação	170
6.7.3. Responsabilidade político-administrativa	172
6.7.4. Responsabilidade administrativa ou funcional.....	175
a) Processo administrativo disciplinar.....	177
Comissões.....	177
b) Sindicância ou processo administrativo.....	178
Instauração	179
Instrução.....	179
Defesa	180
Relatório	180
Julgamento	180
6.7.5. Comunicabilidade de instâncias.....	181

a) Sentença penal condenatória.....	182
b) Sentença penal absolutória.....	182
Sentença penal absolutória com repercussões no processo administrativo	182
Sentença penal absolutória sem repercussões no processo administrativo.....	183

CAPÍTULO 7 – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO ADMINISTRATIVO..... 185

7.1. Princípios jurídicos.....	185
7.2. Princípios jurídicos constitucionais do Direito Administrativo	186
7.3. Princípio da segurança jurídica	187
7.4. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	189
7.5. Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos	192
7.6. Princípio da igualdade	193
7.7. Princípio da isonomia das pessoas constitucionais.....	196
7.8. Princípio confirmador do direito de propriedade	198
7.9. Princípio da legalidade	200
7.10. Princípio da irretroatividade das leis	203
7.10.1. Direitos adquiridos	203
7.10.2. Ato jurídico perfeito	205
7.10.3. Coisa julgada	206
7.11. Princípio da finalidade.....	207
7.12. Princípio da razoabilidade	209
7.12.1. Função legislativa.....	210
a) Endonorma	211
b) Perinorma.....	212
c) Meios e fins na norma jurídica	213
7.12.2. Função administrativa.....	213
a) Relação entre a realidade e os valores.....	213
b) A qualificação do motivo	214
c) Seleção do conteúdo da premissa maior	214
d) Finalidade e a realidade.....	215
e) Os fins e os meios	216
7.13. Princípio da proporcionalidade.....	216
7.14. Princípio da motivação	220
7.14.1. Fato jurídico	220
7.14.2. Fundamento jurídico	221
7.14.3. Peso e importância.....	222
7.15. Princípio da impessoalidade.....	223
7.16. Princípio da publicidade e transparência.....	225
7.17. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	228

7.18. Princípio do devido processo legal e da ampla defesa	229
7.18.1. Devido processo legal.....	230
7.18.2. Direito ao contraditório e à ampla defesa	231
7.19. Princípios da moralidade e da probidade administrativa	232
7.20. Princípio da eficiência.....	235
7.21. O princípio da confiança legítima.....	237
7.21.1. O compromisso estatal.....	238
7.21.2. Os instrumentos jurídicos veiculadores do compromisso estatal.....	239
7.21.3. Os veículos jurídicos que frustram as legítimas expectativas	239
7.21.4. Compromisso e nova determinação estatal que atinjam os mesmos destinatários.....	241
7.21.5. A idoneidade e boa-fé do administrado.....	241
7.21.6. O desfavor ou prejuízo.....	242
7.21.7. A relevância da construção e intervenção jurisprudencial	242
7.21.8. Repercussões concretas da aplicação do princípio.....	243
a) Indenização.....	244
b) Transição da passagem de regime jurídico	244
c) Manutenção dos efeitos jurídicos do regime anterior.....	245
d) Manutenção da validade dos atos praticados, mesmo em decorrência do ato viciado.....	246
7.22. Princípios infraconstitucionais do Direito Administrativo	247
CAPÍTULO 8 – OS PODERES ADMINISTRATIVOS	249
8.1. Poder político e poder administrativo	249
8.2. Os poderes administrativos: aspecto da conduta	250
8.2.1. Poder vinculado	251
8.2.2. Poder discricionário	251
8.3. Os poderes administrativos: o aspecto substancial.....	252
8.3.1. Poder regulamentar.....	252
8.3.2. Poder normativo	253
8.3.3. Poder regulador.....	254
8.3.4. Poder hierárquico.....	255
a) Avocação.....	255
b) Delegação	256
8.3.5. Poder disciplinar.....	256
8.3.6. Poder de polícia	257
8.3.7. Poder interferente	257
CAPÍTULO 9 – O ATO ADMINISTRATIVO	259
9.1. Conceito	259
9.1.1. Manifestação.....	259

9.1.2. Estado ou delegados.....	260
9.1.3. Regime jurídico de Direito Público.....	260
9.1.4. Concretude de comandos previstos na lei ou regulamento	261
9.1.5. Administração Pública	262
9.2. Atos “não administrativos”.....	262
9.2.1. Atos submetidos a outros regimes jurídicos	262
9.2.2. Atos substanciais ou materiais.....	263
9.2.3. Atos de governo ou políticos.....	263
9.3. Ato administrativo: validade, eficácia e vigência.....	263
9.4. Pressupostos do ato administrativo	264
9.4.1. Conteúdo ou objeto.....	265
9.4.2. Forma.....	266
a) Suporte físico.....	267
b) Designação.....	267
c) Comunicação.....	268
d) Procedimento.....	268
e) Motivação.....	269
9.4.3. Sujeito	270
9.4.4. Motivo.....	271
9.4.5. Finalidade.....	273
9.5. Silêncio ou omissão	273
9.5.1. Repercussões concretas estimuladoras da via judicial	274
9.5.2. Repercussões concretas vinculando a Administração Pública	275
9.5.3. Repercussões concretas atingindo o agente público	275
9.6. Características	276
9.6.1. Presunção de legitimidade.....	276
9.6.2. Imperatividade.....	277
9.6.3. Exigibilidade.....	277
9.7. Atos administrativos vinculados e discricionários.....	278
9.8. Atos administrativos: formas de expressão.....	279
9.8.1. Decreto.....	280
9.8.2. Instrução	281
9.8.3. Portaria.....	281
9.8.4. Circulares	281
9.8.5. Ordem de serviço.....	282
9.8.6. Avisos	282
9.8.7. Comunicados	282
9.8.8. Edital	282
9.8.9. Certidões	283

9.8.10. Regimento	283
9.8.11. Resolução	283
9.8.12. Parecer	283
9.8.13. Ofício	284
9.8.14. Despachos	284
9.8.15. Admissão	284
9.8.16. Concessão	284
9.8.17. Permissão	285
9.8.18. Autorização	285
9.8.19. Licença ou alvará	285
9.8.20. Homologação	285
9.9. Extinção dos atos administrativos	285
9.9.1. Revogação	286
a) Competência	287
b) Discricionariedade	287
c) Motivo	287
d) Efeitos	288
e) Indenização	288
9.9.2. Atos inválidos	288
a) Atos nulos	289
b) Atos anuláveis	290
c) Atos convalidáveis	292
CAPÍTULO 10 – O PROCESSO ADMINISTRATIVO	293
10.1. Conceito	293
10.2. Aspectos	294
10.2.1. O aspecto pessoal	294
10.2.2. A finalidade: a decisão	296
10.2.3. O motivo	297
10.2.4. Os efeitos	298
10.2.5. O competitivo	299
10.3. Espécies de processo administrativo	299
10.4. Princípios jurídicos relevantes para o processo administrativo	300
10.4.1 Os princípios constitucionais	300
a) O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	301
b) O princípio do contraditório	302
c) O princípio da ampla defesa	303
d) O princípio de devido processo legal	304
10.4.2. Os princípios jurídicos infraconstitucionais	305

a) O princípio da acessibilidade à informação.....	305
b) O princípio da ampla instrução.....	306
c) O princípio da verdade material.....	307
d) O princípio da revisibilidade.....	308
e) O princípio da oficialidade.....	309
f) O princípio do formalismo moderado.....	310
g) O princípio da legalidade objetiva.....	311
10.5. Procedimentos.....	312
10.6. Normas básicas do processo administrativo federal.....	312
10.6.1. Princípios.....	312
10.6.2. Direitos e deveres dos administrados.....	315
10.6.3. Os interessados.....	317
10.6.4. O tempo e o espaço no processo administrativo.....	318
10.6.5. Comunicação.....	319
10.6.6. Fases do processo.....	321
a) Formação do processo.....	321
b) A instrução.....	321
c) A decisão.....	323
d) O recurso.....	325
CAPÍTULO 11 – A LICITAÇÃO.....	327
11.1. Conceito.....	327
11.2. Plano constitucional.....	327
11.3. Plano legislativo.....	328
11.4. Princípios.....	330
11.4.1. Princípio da igualdade entre os licitantes.....	330
11.4.2. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	331
11.4.3. Princípio do julgamento objetivo.....	332
11.5. Modalidades.....	332
11.5.1. Concorrência.....	332
11.5.2. Tomada de preços.....	333
11.5.3. Convite.....	334
11.5.4. Concurso.....	335
11.5.5. Leilão.....	335
11.5.6. Pregão.....	336
11.5.7. Consulta.....	336
11.6. Registro de preços.....	337
11.7. Registro cadastral.....	338

11.8. Comissão de licitação	338
11.8.1. Pregoeiro e equipe de apoio	339
11.8.2. Leiloeiro	339
11.9. Licitantes.....	340
11.9.1. Empresas consorciadas	340
11.9.2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	342
Regularidade Fiscal	343
Empate Ficto	343
Licitações Diferenciadas.....	344
11.10. Hipóteses que admitem a não realização de licitação.....	345
11.10.1. Dispensa de licitação.....	346
11.10.2. Licitação dispensável.....	348
11.10.3. Licitação inexigível.....	352
11.11. Obrigatoriedade da licitação.....	354
11.12. Tipos de licitação.....	354
11.12.1. Licitação de menor preço.....	354
11.12.2. Licitação de melhor técnica ou de melhor técnica e preço	354
11.12.3. Maior lance.....	355
11.13. Processo licitatório – fases.....	355
11.13.1. As fases na Lei nº 8.666/1993	356
a) Formação do processo administrativo.....	356
b) Audiência pública.....	356
c) Edital.....	357
d) Aviso	359
e) Documentos e propostas.....	360
f) Habilitação	360
Habilitação jurídica.....	361
Regularidade fiscal	361
Qualificação técnica	362
Qualificação econômico-financeira.....	364
Regularidade do menor trabalhador	365
g) Habilitação ou inabilitação de licitantes.....	365
h) Julgamento das propostas	365
i) Homologação.....	369
j) Adjudicação.....	369
11.13.2. As fases na Lei nº 10.520/2002 – O pregão.....	370
a) A formação do processo	370
b) O edital.....	371
c) Convocação	371
d) Propostas e ofertas	371

e) Ordenação das propostas	372
f) Habilitação	373
g) O vencedor.....	373
h) Adjudicação.....	374
i) Homologação.....	374
11.14. Anulação e revogação	374
11.15. Recursos administrativos	376
11.15.1. Impugnação.....	376
11.15.2. Recursos	376
a) Recurso, em sentido estrito	376
b) Representação.....	377
c) Pedido de reconsideração	377
11.15.3. Representação	377

CAPÍTULO 12 – OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 379

12.1. Plano constitucional.....	379
12.1.1. Competência legiferante	379
12.1.2. Contratação de obras, serviços, compras e alienações	379
12.1.3. Concessão e permissão de serviços públicos.....	380
12.1.4. Monopólio da União	380
12.1.5. Contrato de gestão.....	380
12.1.6. Consórcios públicos e convênios de cooperação	381
12.2. Plano infraconstitucional.....	381
12.3. Contratos administrativos e contratos da Administração Pública	382
12.4. Características peculiares do contrato administrativo	384
12.4.1. Presença da Administração Pública	384
12.4.2. Interesse público	385
12.4.3. Condições precedentes.....	385
a) Licitação	385
b) Recursos orçamentários (contratação onerosa)	386
12.4.4. Forma prescrita em lei.....	387
12.4.5. Cláusulas exorbitantes.....	387
a) Garantia.....	388
b) Alteração unilateral.....	389
c) Extinção unilateral	389
d) Fiscalização.....	391
e) Imposição de sanções	392
f) Anulação.....	394
g) “Exceptio non adimpleti contractus” peculiar	395

12.5. O conteúdo necessário do contrato administrativo	396
12.6. A forma do contrato administrativo.....	397
12.7. A duração do contrato administrativo.....	399
12.8. A celebração do contrato administrativo	400
12.9. A alteração do contrato administrativo	401
12.10. Responsabilidades no contrato administrativo	402
12.11. O recebimento do objeto do contrato administrativo	403
12.12. Rescisão amigável ou judicial do contrato administrativo.....	404
12.13. Contratos em espécie.....	405
12.13.1. Contrato de obra pública	405
12.13.2. Contrato de prestação de serviços.....	407
12.13.3. Contrato de gerenciamento.....	410
12.13.4. Contratos de compra e fornecimento	410
12.13.5. Convênio	413
12.13.6. Consórcio público	413
a) Protocolo de intenções	414
b) Contrato de consórcio público	415
c) Contrato de rateio	416
d) Contrato de programa	416
12.13.7. Contratos de gestão	417
a) Contrato de gestão e as organizações sociais	418
b) Notas peculiares do contrato de gestão	419
12.13.8. Contratos de parceria.....	420
12.13.9. Contratos de franquia	421
CAPÍTULO 13 – OS SERVIÇOS PÚBLICOS	423
13.1. Conceito e características.....	423
13.1.1. Exercício da atividade	423
13.1.2. Regime de Direito Público.....	423
a) Princípio da inafastabilidade da prestação	424
b) Princípio da contemporaneidade	424
c) Princípio da universalidade	424
d) Princípio da impessoalidade.....	424
e) Princípio da continuidade.....	424
f) Princípio da modicidade	425
g) Princípio da cortesia	426
13.1.3. Utilidades e comodidades	426
13.1.4. Valores coletivos.....	426

13.2. Competência	427
13.2.1. União	427
13.2.2. Estados	428
13.2.3. Municípios	428
13.2.4. Competência comum	429
13.3. Destinatários	430
13.3.1. Serviços gerais.....	431
13.3.2. Serviços individuais.....	431
13.4. Prestação dos serviços públicos – aspecto subjetivo	432
13.4.1. Administração Pública direta	432
13.4.2. Administração Pública indireta	432
13.4.3. Pessoas físicas e pessoas jurídicas	433
13.4.4. Entes federados.....	434
13.5. Serviços concedidos, permitidos e autorizados	434
13.6. Concessão e permissão.....	435
13.6.1. Forma de contratação	435
13.6.2. Cláusulas essenciais.....	436
13.6.3. Serviço adequado.....	437
13.6.4. Direitos e obrigações dos usuários	438
13.6.5. Política tarifária.....	439
13.6.6. Licitação	441
13.6.7. Contrato.....	443
a) Garantia.....	443
b) Alteração unilateral.....	444
c) Intervenção.....	444
d) Extinção unilateral.....	445
e) Fiscalização	445
f) Imposição de sanções	446
g) Anulação	446
h) “Exceptio non adimpleti contractus” peculiar	446
13.6.8. Responsabilidade	447
13.6.9. Contratação com terceiros	447
13.6.10. A transferência.....	448
13.6.11. Encargos do poder concedente.....	448
13.6.12. Encargos da concessionária	449
13.6.13. Intervenção.....	450
13.6.14. Extinção da concessão.....	451
a) Advento do termo contratual	451

b) Encampação	452
c) Caducidade.....	452
d) Rescisão.....	453
e) Falência, extinção, falecimento ou incapacidade.....	453
f) Anulação.....	453
13.6.15. Efeitos da extinção.....	453
13.7. Autorização	454
13.8. Quadro comparativo	454
13.9. A Parceria Público-Privada (PPP)	455
13.9.1. Espécies de concessões	455
a) A concessão patrocinada	455
b) A concessão administrativa	456
13.9.2. Restrições à parceria.....	456
13.9.3. Princípios e diretrizes	456
13.9.4. O contrato da Parceria Público-Privada.....	457
a) A contraprestação	459
b) As garantias	460
13.9.5. Sociedade de Propósito Específico – SPE	460
13.9.6. A licitação – Concorrência	461
a) Fase precedente ao processo licitatório	461
b) O edital – as garantias jurídicas e econômicas.....	462
c) Os critérios de julgamento	463
d) As propostas	464
e) A habilitação e o julgamento.....	464
13.9.7. A PPP e a União Federal.....	465
a) O órgão gestor.....	465
b) O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP	466
c) As garantias do FGP	467
d) Os limites.....	469
13.9.8. Restrições adicionais a créditos e garantias	469
13.10. Gestão associada.....	470
13.10.1. Consórcios públicos.....	470
a) Objeto	471
b) A expressão “consórcio público”	472
c) A constituição do consórcio e os contratos instrumentais.....	473
Protocolo de intenções.....	473
A ratificação legal.....	475
O contrato de consórcio público.....	475

O contrato de rateio	476
O contrato de programa.....	476
d) O controle.....	477
e) O direito de retirada	478
13.10.2. Convênio.....	478
13.10.3. Contratos de gestão	480
13.10.4. Parceria de cooperação.....	481
13.11. Franquia.....	482
CAPÍTULO 14 – Os Bens Públicos	485
14.1. Regime jurídico.....	485
14.2. Classificação	485
14.2.1. Natureza jurídica	485
14.2.2. Destinação.....	486
14.2.3. Pessoal	487
14.3. Características	487
14.3.1. Afetação e desafetação.....	488
14.3.2. Restrições à alienação de bens públicos	488
14.3.3. Bens não usucapíveis.....	488
14.3.4. Penhora	488
14.3.5. Imunidade tributária.....	490
14.4. Formas de aquisição	491
14.4.1. Compra e venda.....	491
14.4.2. Doação	492
14.4.3. Dação em pagamento	492
14.4.4. Permuta	493
14.4.5. Usucapião.....	493
14.4.6. Sucessão.....	493
14.4.7. Desapropriação.....	493
14.4.8. Desapropriação indireta	494
14.4.9. Obra pública.....	494
14.4.10. Loteamento	494
14.4.11. Confisco de bens.....	494
14.4.12. Arrecadação	495
14.5. Uso de bens públicos por particulares.....	495
14.5.1. Autorização de uso.....	496
14.5.2. Permissão de uso.....	496
14.5.3. Concessão de uso.....	497

14.5.4. Quadro comparativo entre autorização, permissão e concessão.....	497
14.5.5. Concessão de direito real de uso.....	497
14.5.6. Concessões e autorizações especiais de uso	498
14.5.7. Locação	499
14.5.8. Cessão de uso.....	499
14.5.9. Arrendamento.....	500
14.5.10. Aforamento ou enfiteuse.....	500
a) Enfiteuses anteriormente constituídas	500
b) Enfiteuse em terrenos de marinha e acrescidos	501
14.5.11. Direito de superfície	502
a) Direito de superfície de imóvel urbano.....	503
b) Direito de superfície de imóvel rural.....	504
14.6. Alienação de bens públicos	504
14.6.1. Condições precedentes.....	504
a) Desafetação.....	504
b) Lei autorizadora.....	505
c) Interesse público	505
d) Avaliação prévia.....	506
e) Licitação	506
Imóveis	506
Móveis	507
14.6.2. Modalidades de alienação.....	508
a) Investidura.....	508
14.7. Espécies de bens públicos	508
14.7.1. Terras públicas	509
a) Terras devolutas	509
b) Plataforma continental	509
c) Terrenos de marinha	510
d) Terrenos acrescidos de marinha.....	510
e) Terras ocupadas por índios.....	511
f) Terras públicas e a Reforma Agrária.....	511
g) Terrenos marginais ou reservados	512
h) Ilhas	512
i) Logradouros e vias públicas	513
j) Álveos abandonados	514
14.7.2. Águas públicas	515
a) Águas internas	515

Águas minerais.....	517
Rios e lagos.....	518
b) Águas externas.....	518
Mar territorial.....	518
Zona contígua.....	519
Zona econômica exclusiva.....	519
14.7.3. Recursos fósseis e minerais.....	520
a) Recursos fósseis e minerais em regime de monopólio.....	521
Petróleo.....	521
Minérios nucleares.....	523
14.7.4. Espaço aéreo.....	524
14.7.5. Floresta.....	524
14.7.6. Fauna.....	527
14.7.7. Meio ambiente.....	527
CAPÍTULO 15 – AS RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE E A INTERFERÊNCIA NA ORDEM ECONÔMICA.....	531
15.1. Plano constitucional.....	531
15.1.1. Função social.....	531
15.1.2. Riqueza tributável.....	531
15.1.3. Atividade econômica.....	532
15.1.4. Política urbana.....	533
15.1.5. Política rural.....	533
15.1.6. Restrições à nacionalidade.....	534
15.1.7. O devido processo legal.....	535
15.2. Restrições administrativas à propriedade.....	535
15.3. Limitação administrativa.....	535
15.4. Ocupação temporária.....	536
15.5. Requisição administrativa.....	537
15.6. Tombamento.....	537
15.6.1. Modalidades de tombamento.....	538
15.6.2. Desfazimento do tombamento.....	539
15.6.3. Efeitos do tombamento.....	539
a) Alienação.....	539
b) Deslocamento.....	540
c) Inalterabilidade.....	540
d) Restrições aos circundantes.....	540
e) Custeio da conservação.....	540
f) Fiscalização.....	540

g) Indenização	541
15.7. Servidão administrativa	541
15.7.1. Servidão de aqueduto.....	542
15.7.2. Servidão sobre terrenos marginais	542
15.7.3. Servidão nas fontes de água.....	542
15.7.4. Servidão de cabos e tubulações.....	542
15.7.5. Servidão de energia elétrica	543
15.8. Encampação	544
15.9. Confisco.....	544
15.10. Desapropriação.....	545
15.10.1. Forma originária de aquisição	545
15.10.2. Fundamentos na desapropriação	546
a) Necessidade pública.....	546
b) Utilidade pública.....	546
c) Interesse social	547
Interesse social rural	547
Interesse social urbano	550
15.10.3. Bens não expropriáveis.....	551
a) Bens públicos.....	552
b) Propriedade rural.....	552
c) Direitos da personalidade.....	552
15.10.4. Desapropriação por zona.....	552
15.10.5. Desapropriação indireta	553
15.10.6. Indenização.....	554
a) Modalidades de pagamento.....	555
b) Indenização justa.....	555
c) Valor real do bem.....	555
d) Benfeitorias	556
e) Danos emergentes e lucros cessantes	556
f) Juros compensatórios	556
g) Juros moratórios	557
h) Correção monetária.....	557
i) Custas, despesas processuais e honorários	558
15.10.7. Competência na desapropriação.....	558
15.10.8. Caducidade.....	559
15.10.9. Retrocessão	560
15.10.10. Desistência da desapropriação	560
15.10.11. Anulação da desapropriação	561

15.10.12. Aspectos específicos	561
a) A medida judicial.....	561
b) Defesa do desapropriado.....	562
c) Imissão provisória na posse	563
d) Pagamento.....	563
e) Sentença	563
15.11. Direito de preempção	564
15.12. Outorga onerosa do direito de construir	565
15.13. Operações urbanas consorciadas	567
15.14. Transferência do direito de construir.....	568
15.15. A interferência do Estado na ordem econômica	569
a) A atividade econômica	569
15.15.1. Atuação do Estado na ordem econômica.....	570
a) O Estado interferindo na ordem econômica.....	571
b) O Estado intervindo na ordem econômica.....	573
Repressão a infrações à ordem econômica.....	573
Controle de abastecimento	576
Tabelamento de preços.....	577
c) O exercício efetivo de atividades econômicas, pelo Estado.....	578
Segurança nacional e relevante interesse coletivo	579
O monopólio estatal	579
O exercício pela empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiárias	581
15.15.2. A distinção entre exercício de atividade econômica e prestação de serviço público.....	582
CAPÍTULO 16 – PODER DE POLÍCIA	583
16.1. Conceito	583
16.2. Valores jurídicos tutelados	583
16.2.1. A liberdade	584
16.2.2. A propriedade	584
16.2.3. A liberdade e a propriedade.....	585
16.3. Características	585
16.3.1. Regime jurídico específico.....	585
16.3.2. Discricionariedade ou vinculabilidade.....	588
16.3.3. Autoexecutoriedade	589
16.3.4. Coercibilidade	589
16.3.5. Sancionamento	590
16.3.6. Proporcionalidade.....	590
16.4. Aspecto pessoal.....	591

16.4.1. Competência	591
a) União	592
b) Competência concorrente.....	593
c) Estados	593
d) Municípios.....	594
e) Competências conviventes	594
16.4.2. Administração Pública	595
16.4.3. As empresas privadas.....	596
a) Nexó relacional	597
b) Impessoalidade e igualdade na atuação	597
c) Ato sobre a propriedade e não sobre a liberdade.....	598
16.5. Formas de exercício do poder de polícia	599
16.5.1. Atos genéricos ou normativos	599
16.5.2. Atos individualizados ou concretos	599
16.6. Prescrição	600
16.7. Situações distintas envolvendo os atos de polícia administrativa.....	601
16.7.1. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	602
16.7.2. Discrimen em relação aos demais atos administrativos	602
16.7.3. Polícia administrativa extraordinária	603
16.8. Áreas de atuação	604
CAPÍTULO 17 – A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	607
17.1. Introdução	607
17.2. Aspecto pessoal.....	608
17.2.1. Pessoas jurídicas de direito público e certas pessoas jurídicas de direito privado.....	608
17.2.2. As demais pessoas jurídicas de direito privado	609
17.3. Princípios	610
17.4. Teoria da responsabilidade objetiva.....	610
17.5. Teoria da responsabilidade subjetiva	612
17.6. O agente causador do dano	615
17.7. Casuísticas.....	616
17.7.1. Fato da obra.....	616
17.7.2. Fato da multidão	617
17.8. Reparação do dano	617
17.8.1. Procedimento administrativo	617
17.8.2. Processo judicial.....	618
17.8.3. A ação regressiva contra o agente.....	619
17.9. Exclusão da responsabilidade.....	620

17.9.1. Ausência de nexa causal	621
17.9.2. Caso fortuito ou força maior.....	621
17.9.3. Culpa exclusiva do prejudicado.....	622
17.10. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais.....	622
17.11. Responsabilidade do Estado por atos legislativos.....	624
17.11.1. Leis inconstitucionais.....	624
17.11.2. Leis individualizadoras.....	625
17.11.3. Medidas Provisórias	625
CAPÍTULO 18 – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	627
18.1. Introdução	627
18.2. Controle e seus aspectos	628
18.2.1. Aspecto material	628
18.2.2. Aspecto temporal	628
a) Controle prévio.....	628
b) Controle concomitante.....	629
c) Controle posterior	629
18.2.3. Aspecto espacial	629
a) Controle interno	629
b) Controle externo	630
18.2.4. Aspecto pessoal	630
18.3. Controle na Administração Pública	630
18.3.1. Formas de controle	632
18.3.2. Fiscalização hierárquica	632
18.3.3. Supervisão ministerial	633
18.3.4. Controle corregedor.....	634
18.3.5. Recursos administrativos.....	635
a) Impugnação.....	637
b) Representação.....	637
Abuso de autoridade	637
Tribunal de Contas	638
Licitação	638
c) Reclamação.....	639
Sentido amplo.....	639
Prestação de serviços	639
Ouvidoria e atendimento	639
d) Pedido de reconsideração.....	640
Servidores públicos	640
Licitação	640

Processo administrativo.....	641
e) Recursos hierárquicos.....	641
18.4. Controle no Poder Legislativo	642
18.4.1. Controle político	643
a) Comissões parlamentares	643
b) Comissão Parlamentar de Inquérito	644
c) Requisição de informação	645
d) Controle de segurança	645
e) Aprovação e nomeação.....	646
f) Julgamento	646
g) Sustação de atos do Poder Executivo	647
h) Fiscalização de atos da Administração Pública.....	647
i) Aprovações e autorizações.....	648
18.4.2. Controle financeiro.....	648
a) Objeto	648
b) Critérios	649
c) Pessoas submetidas ao controle	649
d) Espaço.....	649
18.5. Controle no Tribunal de Contas	650
18.5.1. Os ministros	650
18.5.2. Competência	651
18.5.3. Comissão permanente do Congresso Nacional.....	653
18.5.4. Tribunais de Contas nos Estados e Municípios.....	654
18.6. Controle no Ministério Público.....	655
18.7. Controle judicial	656
18.7.1. Atos de governo	657
18.7.2. Mérito administrativo	657
18.7.3. Esgotamento da esfera administrativa.....	658
18.7.4. Atos <i>interna corporis</i>	658
18.8. Medidas judiciais de controle da Administração Pública	659
18.8.1. <i>Habeas corpus</i>	659
a) Ato coator.....	660
b) Sujeito ativo	660
c) Sujeito passivo	661
d) Gratuidade.....	661
18.8.2. <i>Habeas data</i>	661
a) Condição precedente – pleito administrativo	661
b) Sujeitos.....	662
c) Petição inicial.....	662

d) Informações.....	663
e) Audiência de exibição	663
f) Recursos	663
g) Competência	663
h) Gratuidade	664
18.8.3. Mandado de Segurança.....	664
a) Direito líquido e certo	665
b) Ato de autoridade ou de agente	665
c) Ilegalidade ou abuso de poder	667
18.8.4. Mandado de injunção.....	668
a) Ausência de norma regulamentadora.....	669
b) Inviabilidade do exercício	670
Direitos e liberdades constitucionais.....	671
Prerrogativas: nacionalidade, soberania e cidadania	671
18.8.5. Ação popular	672
a) Partes.....	672
b) Objeto da ação	673
c) Objeto lesionado.....	673
Patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe	673
Moralidade administrativa	673
Meio ambiente.....	674
Patrimônio histórico e cultural	674
d) Custas judiciais e sucumbência	674
18.8.6. Ação civil pública.....	675
a) Motivos da sua propositura	675
Meio ambiente.....	676
Consumidor	676
Ordem urbanística	676
Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	677
Outros interesses difusos ou coletivos.....	677
Infração da ordem econômica e da economia popular	677
b) Objeto.....	678
c) Modalidades	679
d) Partes	679
e) Sentença	679
f) Custas e sucumbência	680
18.8.7. Súmula vinculante	680
a) A iniciativa.....	681

b) O ato administrativo desconforme – Reclamação	681
c) O quorum e os efeitos.....	682
18.9. Administração em juízo	682
18.9.1. Administração Pública	682
18.9.2. Foro.....	683
a) União	683
b) Estados e Municípios.....	683
18.9.3. Representação processual	684
18.9.4. Prazos	685
18.9.5. Duplo grau	685
18.9.6. Pagamentos.....	686
a) Casuísimo constitucional	688
b) O sistema tributário e o pagamento de precatórios	689
18.9.7. Despesas processuais	691
18.9.8. Liminares	691
BIBLIOGRAFIA	693